



EDUCAÇÃO VERSUS POLÍTICAS PÚBLICAS

ANA PAULA ARAÚJO DA SILVA

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

Resumo:

Faremos uma breve discussão acerca do histórico das políticas públicas educacionais. Trazemos questões relacionadas às diversas ideologias que permeiam tais políticas e que influenciam na formação de professores. Não buscamos fatalizar o papel das instituições escolares e consequentemente do professor. Ao contrário colocamos em discussão o quanto a formação do professor pode “interferir” em sua atuação e as consequências desta para a sociedade. Diante das várias concepções de formação de professores e a quase inexistência desta na educação de jovens e adultos, acreditamos que ao apontar e refletir sobre as falhas e lacunas existentes contribuiremos para que haja uma clareza da necessidade das lutas em que devemos nos empenhar em busca de mudanças efetivas.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, Formação de Professores.

Introdução

Para iniciarmos nossa discussão determinamos como ponto de partida a data de 1549, definida por Saviani, 2008, p.26, como o início da história da educação brasileira, tendo em vista a chegada do primeiro grupo de jesuítas enviados por D. João III com o propósito de que os gentios “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé”.

De acordo com a concepção atual de educação[i] a prática jesuítica não era propriamente uma educação, no entanto, foram eles que instituíram as escolas como a melhor maneira de catequizar de uma só vez um grande número de pessoas, iniciando pelas crianças[ii], além de ter um local onde pudessem exercer um domínio maior, tanto em relação as suas práticas como a de seus “novos convertidos”.

Desde essa época constam registros sobre “ajuda” financeira da coroa portuguesa para a manutenção dessas escolas. Essa ajuda tinha como objetivo o fim maior de que os jesuítas pudessem continuar catequizando o maior número de “nativos”.

Numa abordagem marxista essa prática seria caracterizada como uma forma de continuar emoldurando, (en)formando todo o povo nativo, primeiramente para sua doutrina religiosa e consequentemente controlar seus costumes, ou seja, uma aculturação objetivando a obediência/subserviência aos “civilizadores”.

Essas práticas também podem ser comparadas ao que conhecemos hoje como algumas políticas públicas, pois a coroa portuguesa subsidiava as obras jesuíticas contribuindo para que os nativos aceitassem as “obras”[iii] portuguesas como atividades que contribuíssem para o melhoramento[iv] de sua terra natal.

Partindo do pressuposto que as políticas públicas são geradas a partir das demandas sociais existentes em determinado período, portanto, - conforme o sistema social vigente - compreendemos que estas são elaboradas a fim de amenizar as carências econômicas, educacionais, etc., no entanto, seus objetivos são obscurecidos pela distinção básica entre a ideologia dos que carecem de tais políticas e a ideologia daqueles que as planejam e colocam-nas em ação.

Dentre as várias visões sobre políticas públicas, destacamos a de caráter neoliberal, cujo discurso disseminado reitera a possibilidade ilimitada e indiscriminada de ganhos por parte dos sujeitos, sendo esses ganhos alcançados através da potencialização da individualidade/ competitividade classificados como oportunidades que refletem no estado de bem-estar social, conforme expressa Azevedo, 1997. Friedman apud Azevedo, afirma que, [...] a abordagem neoliberal não questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino. Apregoa, contudo, a necessidade de um outro tratamento para o sistema educacional. **Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado**[...] (1997, p.15, grifo nosso)

Poderíamos chamá-las de políticas públicas de cunho social? A favor de quem? Contra quem? Mascarando o quê? Diante dessas perguntas inferimos que o histórico das políticas públicas baseia-se em ações de cunho capitalista ou mercadológico tendo em vista seu fim meramente lucrativo.

Como afirma Neves, 2007:213,

A política educacional neoliberal, a política do bloco no poder nos anos de 1990 segue, de um modo geral, as mesmas diretrizes neoliberais das políticas sociais em seu conjunto, ou seja: redução dos gastos públicos, focalização das ações governamentais, descentralização dos encargos e participação da sociedade na sua operacionalização.

Ademais, dada “fragilidade” de suas ações, em termos de resultados esperados pela sociedade civil, compreendemo-las como a junção de procedimentos que visam tão somente uma maquiagem social, obscurecendo a realidade nua e crua por uma aparentemente menos cruel. Desse modo, apazígua-se os ânimos inflamados da população ao mesmo tempo em que as aprisiona num ciclo de vícios, à medida que muitas vezes se sujeitam a uma realidade de assistencialismo, quando na verdade deveriam estar firmes na luta por seus direitos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quando se pensa na formação de professores muitas questões podem ser levantadas. Pode-se discutir a falta da formação mínima para a atuação docente, a qualidade da formação inicial e continuada, os objetivos que permeiam tais formações, como também a ideologia que está presente em cada uma delas. Conforme Azevedo, 1997, p.5-6, [...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade.

Em Durkheim apud Azevedo, 1997, p.24 percebemos o quanto o setor privado, ao menos na área educacional é defendida como uma forma de manter a competitividade, sendo reconhecida como uma atuação mais completa e preparada para subsidiar a formação da sociedade quando declara que “ Pode-se acreditar que os progressos escolares sejam mais fáceis e mais rápidos onde certa margem é deixada à iniciativa privada”, divulgando assim uma falsa idéia de que a garantia de bons serviços só ocorrerá com a parceria entre público e privado.

O Estado de Bem-Estar Social propagado a partir da década de 1940 na Inglaterra foi difundido para o mundo como direito político que deve ser garantido a todo e qualquer cidadão como representação de um padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, moradia e instrução, no entanto, essa garantia é feita de forma que somente alguns são privilegiados, isto ocorre por que, com o passar dos anos, temos verificado que as questões que propiciam ao sujeito uma relação cidadã para com a sociedade em que vive se encontra definida única e exclusivamente pelo poder de compra. Em linhas gerais, observa-se que questões como respeito, cidadania ou mesmo o direito, incluindo o de ir e vir, são diretamente definidas pelo poderio econômico.

Contudo, apesar dessa afirmativa, não buscamos fatalizar o papel das instituições escolares e consequentemente do professor. Ao contrário, o ponto que definimos como objetivo para discussão neste momento está diretamente ligada à questão de como e quanto a formação do professor pode “interferir” em sua atuação em sala de aula, ou mesmo fora dela, considerado aqui o período destinado a planejamento e definição do que será trabalhado em sala, quais objetivos deverão ser atingidos e de que forma esse trabalho poderá modificar a vida de seus alunos.

Bicudo (2003) recorre à discussão de forma a salientar que a formação de professores “pode variar conforme as concepções de ciência e de educação daqueles que formam o professor - instituições e seus professores”, ou seja, permeado por ideologias que vão representar em sua grande maioria o discurso da classe dominante.

Quando pensamos em formação de professores não podemos esquecer que o objetivo dessa formação é contribuir diretamente para a formação de seus alunos, e na perspectiva marxista essa formação não deve ser uma

formação unicamente educacional, unicamente profissional. Devemos lembrar que deve ser uma formação a fim de possibilitar a emancipação humana.

Outra questão é que esses professores não devem ser vistos como os pilares do saber, mas compreendê-los também enquanto alunos cuja formação deve ser contínua pois conforme Marx apud Freitas, 2005, 83, “A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”.

Garcia apud Moreira (2010) faz considerações acerca de novas tendências de formação de professores com base na reflexão, “considera-se necessário formar professores que venham a refletir sobre a sua própria prática, na expectativa de que a reflexão será um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação”. A partir de então, inferimos que a ultrapassada ideia do professor como um sujeito de saberes plenos e inabalados já não se insere no contexto atual. É preciso a consciência de que a aprendizagem é uma conquista diária que se faz na troca de experiências. Do contrário, a mera transmissão poderá consistir na mera reprodução de informações, prática esta, responsável pela proliferação de um ensino técnico e fragmentado.

Também consideramos de suma importância a discussão de Freitas (2005) acerca do tipo de formação a que muitos professores são submetidos “aprendem metodologias que parecem negar a própria necessidade de pensamento crítico”, o que converge para uma formação “mínima” e “adequada” aos interesses capitalistas a fim de manter o controle social.

Manacorda apud NETO, 2009, p.11, afirma que:

O homem não nasce homem: isto o sabem hoje tanto a fisiologia quanto a psicologia. Grande parte do que transforma o homem em homem forma-se durante a sua vida, ou melhor, **durante o seu longo treinamento para tornar-se ele mesmo**, [...] não dados a priori pela natureza, mas fruto do exercício que se desenvolve nas relações sociais (grifo nosso).

A partir da citação de Manacorda questionamo-nos: Qual o papel da escola nesse treinamento ofertado ao homem para que ele possa **tornar-se ele mesmo**? Entendemos que numa sociedade capitalista, portanto baseada em contradições, a escola torna-se uma extensão dessas contradições, pois em suas variações, pública/privada, e nas diretrizes e normas que a regem fica claro a diferenciação entre a educação para o proletariado e a educação para a elite, com o objetivo de manter “cada um em seu lugar”.

Identificamos ainda que o “pauperismo” da educação é associado à exclusão social tendo em vista que a escola é parte integrante do sistema econômico, ou seja, é vista/tratada como mercadoria, portanto deve ser manipulada de acordo com a necessidade e por que não dizer possibilidades de “seus possuidores”.

No entanto, apesar da força das determinações capitalistas, não existe uma passividade absoluta, uma vez que não devemos compreender a sociedade como um todo homogêneo, dessa forma surgem os embates tais quais a luta pela não privatização da educação e pelas condições de acesso e permanência.

Em síntese, passamos a entender o sistema educacional como bem de consumo no qual “quem pode mais”, conseqüentemente irá pagar mais por uma educação “melhor”.

DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nesse sentido, outro ponto a ser colocado diz respeito a qualidade educacional “possível” ao estudante da EJA. Levando-se ainda em conta o reconhecimento de que, em vias reais e mediante ao poderio relacionado à capacidade de compra dos sujeitos, esses estudantes trabalhadores na grande maioria dos casos se encontram fadados a uma educação cuja ideia de proporcionar a emancipação dos sujeitos se faz distante.

Para tanto, concordamos com o ideal de Freire quando este expressa total afinidade para com um processo de alfabetização que se desenvolva para além das técnicas de decodificação, mas, sobre tudo, que se inicia a partir do reconhecimento de que o processo alfabetizador deve priorizar a educação política, onde o sujeito aprenda a ler e compreender o mundo e seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que faz vínculo entre linguagem e realidade, na qual a “leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra” Freire (1982, p.8).

Contudo, o que verificamos no histórico educacional é o fato de que a possibilidade de uma educação em vias de emancipação torna-se cada vez menos possível. Em síntese, podemos destacar que o ideal de emancipação dos sujeitos - entendido aqui não somente como o acesso aos bens materiais, mas também o acesso e possibilidade de aplicação dos conhecimentos historicamente acumulados - se encontra distante, independentemente do sujeito que acessa a educação: se proveniente da classe de explorados ou de exploradores.

A nossos olhos nos parece claro que o projeto de educação do estado se configura de modo a perpetuar as

diferenças. Num sentido indigesto, porém não tão diverso, entendemos que a diferença entre as educações do pobre e do rico se apresentam de modo acrítico, porém, com uma distinção fundamental: o conhecimento técnico apresentado ao estudante da elite permitirá que este permaneça nos diversos espaços aos quais seu poder aquisitivo e status o permite estar, consolidando seu pertencimento social.

Para o estudante pertencente à classe do trabalho, porém, a realidade se torna mais severa, uma vez que, diferentemente do estudante da elite, a ausência de criticidade o tornará ainda mais alienado ao sistema que o explora.

Se pretendemos alcançar mudanças significativas na educação, não podemos nos prender a expectativa de que por alguma razão extraordinária as injustiças acumuladas ao longo da história irão findar por si próprias. Já não nos cabe acreditar que o estado das coisas não pode piorar ou que tudo depende de uma suposta boa vontade política. Entendemos aqui, que a vontade política obviamente existe e se encontra materializada na realidade que aí está.

Diante das variadas concepções de formação de professores e a quase inexistência desta na educação de jovens e adultos, acreditamos que ao apontar e refletir sobre as falhas e lacunas existentes contribuiremos para que haja uma clareza da necessidade das lutas em que devemos nos empenhar em busca de mudanças efetivas, com vistas à uma educação mais igualitária e conseqüentemente uma sociedade mais justa.

Em suma, aqueles que se enxergam enquanto explorados ou até mesmo que, apesar de se encontrarem numa posição de prestígio, contestam a realidade a qual estão inseridos, são os sujeitos indicados à luta, por reconhecerem que tão somente quando existir a igualdade de oportunidades, os direitos serão finalmente universalizados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação como Política Pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (org.) **Formação de professores? Da incerteza à compreensão**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Educar).

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

FREITAS, Maria Auxiliadora S. **Práxis Pedagógica e Professores Intelectuais: Refletindo As Tensões e Concepções da Formação/ Prática Docente**. In. Educação Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. CEDU. nº23 (dez. 2005)-EDUFAL.

MOREIRA, Valdicea; MONTEIRO, Dirce Charara. **O uso de instrumentos e procedimentos de pesquisa sobre crenças: promovendo formação reflexiva. Disponível em** http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132010000100014&script=sci_arttext. Acesso em 16/07/2011.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie". Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010, p. 1-40.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil Século XXI. In. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Liberalismo e Educação em Debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. (Coleção educação contemporânea).

ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

[1] Em que se propaga que todos tem acesso ao ensino laico, dividido em níveis, destinados a atender as especificidades de cada faixa etária.

[1] Mandou vir de Lisboa meninos órfãos [...]. Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica. (idem, p.43).

[1] Explorar as riquezas do território e levar para a metrópole.

[1] Do ponto de vista dos portugueses aproximando-os aos costumes civilizados.

Ana Paula Araújo da Silva. Graduação e mestrado em educação pela Universidade Federal de Alagoas. Integrante do grupo de pesquisa Políticas Públicas, História e Discurso, vinculado à linha de pesquisa História e Política da Educação do PPGE/UFAL.

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 20/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: